

**POLÍTICAS DE LAZER DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DE TURISMO: REFLEXÕES
SOBRE UMA VIVÊNCIA TURÍSTICA PARA O MORADOR EM SUA CIDADE****Recebido em:** 05/04/2015**Aceito em:** 21/09/2015*Ana Cristina Fernandes Clemente¹**Edmur Antonio Stoppa²*EACH – Universidade de São Paulo
São Paulo – SP – Brasil

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar elementos de uma política de lazer que podem ser utilizados por órgãos públicos de turismo, a fim de promover vivências que estimulem o morador a conhecer sua própria cidade, cultura e história, muitas vezes desconhecida. Nessa perspectiva, é necessário considerar o turismo excedendo questões econômicas e pensado também enquanto prática social, em estreitas relações com a cultura, a cidadania, a educação e a participação popular. Com isso, destaca-se a importância de se promover políticas de turismo que se apropriem de elementos do lazer, em uma visão transversal, que beneficie o morador de modo democrático e igualitário. Como resultado, aponta-se para a análise do Lazer de forma multidisciplinar, o entendimento das relações entre o Lazer e o Turismo e, com isso, a promoção de vivências turísticas ao morador em sua cidade.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Turismo. Participação Social.

**LEISURE PUBLIC POLICIES OF TOURISM PUBLIC ORGANIZATIONS:
REFLECTIONS OF A TOURISTIC EXPERIENCE TO RESIDENTS IN THEIR
CITY**

ABSTRACT: This article aims to present elements of a leisure policy that can be used by tourism public organizations in order to promote experiences that stimulate residents to know their own city, culture and history, often unknown. From this perspective, it is necessary to consider Tourism exceeding economic conceptions and thought also as a social practice, in strait relation with culture, citizenship, education and public participation. Thus, stands out the importance of promoting tourism policies that appropriate leisure elements in a transversal vision that benefits the resident in a democratic and egalitarian mode. As a result, points to analyze the Leisure in a multidisciplinary way, to understand the relationships between Leisure and Tourism and thereby promote tourism experiences to the residents in their city.

KEYWORDS: Leisure Activities. Tourism. Social Participation.

¹ Mestranda em Turismo (EACH/USP). Graduada em Lazer e Turismo (EACH/USP).

² Doutor em Educação Física (FEF/UNICAMP). Docente do Programa de Mestrado em Turismo da EACH/USP- Líder do GIEL/EACH/USP e membro do ORICOLÉ/EEFFTO/UFMG.

Introdução

O Lazer é uma área multidisciplinar e assim, o desenvolvimento de políticas públicas na área envolve não somente suas particularidades, mas as possibilidades e necessidades de integração com outras áreas do social, na busca de práticas mais amplas, em estreita relação com a cultura, a cidadania, a educação e a participação popular.

Nesse sentido, o desenvolvimento de políticas públicas de lazer deve ser trabalhado de modo intersetorial e transversal, a partir de articulações entre as diversas áreas de lazer, turismo, cultura, educação, esporte, meio ambiente, etc., bem como dos diversos setores da sociedade, sendo eles o Estado, a iniciativa privada, a sociedade civil e a população. Essa conjunção de áreas e setores sociais permite superar algumas das limitações encontradas nas políticas desenvolvidas pelos governos, como a carência de recursos financeiros, de capacidade técnica, de formação profissional, de estrutura física, etc.

No entanto, trabalhar nessa perspectiva é um grande desafio, visto pelo tradicionalismo de estruturas verticalizadas e impositivas, trabalhadas de cima pra baixo, onde a garantia de sua manutenção está no poder e no controle feito pelos detentores dele. A fim de superar essas estruturas, que ainda são aplicadas na maioria dos órgãos do poder público em nível municipal, estadual e federal, é necessário trabalhar no desenvolvimento de políticas de lazer participativas, condizentes com as realidades locais, de modo a ser capaz de atender a todos, com base em seus interesses e necessidades.

Pensando de modo amplo, as políticas de lazer devem ser orientadas por conceitos mais abrangentes, bem como buscar a democratização do acesso a espaços e equipamentos de lazer, a difusão de uma política de animação sociocultural, além de tratar de questões como a reordenação do tempo, a minimização das barreiras presentes no lazer, a garantia

de sua vivência enquanto direito social, de modo democrático e igualitário a todos, entre outros elementos (MARCELLINO, 2008, PINTO *et al*, 2011; MELO, ALVES JR. 2012).

Esses e outros elementos devem ser considerados a partir de políticas intersetoriais e transversais, que possibilitem pensar no desenvolvimento de políticas de lazer por diversos órgãos públicos. A fim de promover vivências que permitam o morador conhecer sua própria cidade, nesse estudo o enfoque se dará nos órgãos públicos de turismo, considerando sua estreita relação com tema.

Entende-se que estimular o morador a ter vivências de lazer em sua própria cidade é uma alternativa de resgate e construção da história e cultura do local que se vive, mora e trabalha. É uma forma enxergar a própria cidade a partir de um novo olhar, em uma perspectiva mais alegre, viva e positiva. Para isso, faz-se necessário repensar as políticas de turismo e as limitações dos conceitos da área, ligados principalmente a questões econômicas.

A partir disso, esse artigo tem como objetivo apresentar elementos de uma política pública de lazer que podem ser utilizados nas políticas de turismo a fim de estimular o morador a conhecer sua própria cidade.

A estrutura desse artigo está dividida em duas partes: a primeira destaca conceitos de lazer, turismo, política pública, Estado, participação popular e cidadania nos centros urbanos e a segunda parte apresenta reflexões sobre a necessidade de promover políticas públicas que permitam o morador ter uma vivência turística em sua própria cidade.

Políticas Públicas de Lazer e suas Relações com o Turismo

O Lazer é muitas vezes projetado pelo senso comum em jogos e brincadeiras infantis, ou em atividades esportivas, ou ainda, em excursões de final de semana para a praia com a família e amigos, mas poucas são as discussões no cotidiano que o associam a

educação, a cultura, a cidadania, ao seu caráter multidisciplinar ou mesmo a apropriação da própria cidade pelos seus moradores.

Nesse sentido, muito embora o lazer tenha conquistado notório destaque nos dias de hoje, a maioria das pessoas o entende a partir de uma lógica funcionalista, enquanto válvula de escape às tensões da vida cotidiana ou como forma de recuperação das forças de trabalho. Essa concepção é promovida nos meios de comunicação de massa, em campanhas e anúncios que corroboram com o entendimento do lazer apenas como elemento que garante a sobrevivência das pessoas na vida cotidiana, sem possibilidades de mudança e de combate as injustiças e desigualdades presentes no dia a dia.

Dessa maneira, como pensar o lazer enquanto elemento com fortes relações com a cultura, a educação, a cidadania, a participação popular, a possibilidade de mobilização política e de mudança da sociedade? Pode parecer um pouco desafiadora essa visão, mas é necessário que as políticas de lazer sejam norteadas a partir de conceitos que fujam do senso comum e dos limites traçados pelas formas de controle da sociedade atual, sejam elas de Estado ou das classes sociais dominantes.

Nessa lógica, segundo Marcellino (2014), o lazer pode ser entendido na sociedade atual, marcadamente urbana, industrial e moderna, como uma

[...] uma cultura vivenciada no “tempo disponível”, não em contraposição, mas em estreita relação com o trabalho e as demais esferas de obrigação da vida social, combinado com os aspectos tempo e atitude, no valor da atuação no plano cultural [...], e como instrumento de mudança social [...] (MARCELLINO, 2014, p. 34).

Nesse sentido, é necessário trabalhar o lazer relacionado ao tempo e a atitude. Considera-se que o tempo deva ser livre, ou como colocado por Marcellino, disponível³, desprendido das obrigações profissionais, familiares, religiosas, etc. Aliado ao tempo está a

³ Melhor colocado como tempo disponível visto que todo o tempo sofre influências das normas de conduta social vigentes.

atitude, pois as vivências de lazer devem buscar a satisfação dos sujeitos. Em conjunto a esses dois aspectos, é imprescindível a existência de espaços e equipamentos de lazer que concretizem as vivências das pessoas (MARCELLINO, 2014).

Além disso, o lazer é um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuem com transformações na sociedade atual, possibilitando o exercício da cidadania por meio da participação popular, considerada como uma das bases para a mudança da sociedade, mudança em busca da instauração de uma nova ordem social e cultural, mais justa e democrática (MARCELLINO, 2014).

É possível pensar o lazer também enquanto um conjunto de ocupações (DUMAZEDIER, 2004), ou um conjunto de valores (REQUIXA, 1980), ou como uma expressão humana (BRAMANTE, 1998), entre outras possibilidades. Assim, os conceitos de lazer são diversos. Entende-se que todos possuem sua relevância e pontos de vista. No entanto, o conceito que se utilizará nesse estudo entende o lazer a partir de uma cultura vivenciada e por meio disso, ele faz parte de um processo em constante construção pelos sujeitos, podendo sofrer influências e mesmo influenciar a ordem social vigente.

Nesse âmbito, o lazer pode servir como instrumento de mobilização política, de participação popular e de alcance da cidadania. No entanto, é relevante destacar que tais valores devem ser difundidos nas vivências de lazer, de modo espontâneo, prazeroso, alegre e divertido. Dentre as possibilidades do lazer, como coloca Dumazedier (2004), está o divertimento, o descanso e o desenvolvimento pessoal e social. Nessa vertente, as políticas públicas na área devem estar ligadas a tais aspectos, na busca do bem estar e da satisfação dos sujeitos.

Pensando em políticas na área é necessário destacar que o Lazer é assegurado no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil de 1988 como um direito social. Segundo a Constituição "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a

moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados" (BRASIL, 1988, p. 6), bem como no seu artigo 217, parágrafo 3º o lazer esta vinculado ao desporto "o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social" (BRASIL, 1988, p. 112).

Assim, o lazer é questão de cidadania, de busca dos direitos e cumprimento de deveres diante da sociedade. Dessa maneira, deve ser assegurado de modo democrático e igualitário a todos. Para tal, é necessário o desenvolvimento de políticas eficientes e efetivas, relacionadas à realidade local de cada população.

Segundo Menicucci (2006), as políticas são ações de autoridades públicas na sociedade, como os governos, e constituem-se de atos e não atos, o que significa que a decisão do que realizar ou não e a definição das prioridades já compõe por si só o que se pode considerar por política. As políticas surgem de ideias e mais que isso, de problemas reconhecidos, que formam as agendas governamentais em nível municipal, estadual e federal.

Entretanto, para Menicucci (2006), o fator que não se pode deixar de lado é que as políticas públicas, muito mais do que identificar problemas e interesses sociais, estão intimamente ligadas a atividade política, que por sua vez caracteriza-se por conflitos de interesse e relações de poder. O que ocorre muitas vezes é que as ações consideradas comunitárias, participativas e democráticas têm como pano de fundo os interesses governamentais, devendo-se questionar a quem elas servem e quem as controla.

Devido a tais questões que se reforça a importância da participação popular, que denuncie as injustiças e os problemas presentes no cotidiano, com o intuito de garantir a promoção de políticas democráticas, efetivas e igualitárias, sem privilegiar os poucos opressores em oposição aos muitos oprimidos.

A participação, em sentido amplo, está associada à atitude que o indivíduo assume e não necessariamente a prática ou ao consumo em uma vivência de lazer. No conformismo, o indivíduo concorda com as imposições da sociedade sem, no entanto, buscar e propor mudanças. Já nos níveis crítico e criativo das vivências de lazer, buscam-se mudanças e melhorias nas condições atuais e na qualidade de vida dos sujeitos (DUMAZEDIER, 2004).

Nesse sentido, segundo Marcellino (2006, p. 17) a participação é entendida como “[...] a atividade crítica e criativa de sujeitos historicamente situados”, sendo considerada como uma das bases para a mudança da sociedade, mudança em busca da instauração de uma nova ordem social e cultural.

Demo (2001) enfatiza que a participação somente existe se e enquanto for conquistada. Ela faz parte de um processo e não de um produto acabado. Dessa maneira, é necessário que a sociedade conquiste a maior participação, lute por seus interesses e contra as injustiças e desigualdades sociais tão evidentes nos dias de hoje.

Nesse contexto, a participação da população no planejamento, execução e controle das políticas públicas é vital. No entanto, nos dias de hoje é notória a falta de participação popular e de exercício da cidadania. Isso se dá por conta de diversos fatores, dentre eles a carência de uma educação básica de qualidade, a falta de uma cultura de participação, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, e também devido a questões históricas, que de acordo com Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010), da sociedade grega até a sociedade atual, ocorreram mudanças consideráveis na lógica de participação dos cidadãos, que infelizmente teve relativo enfraquecimento devido principalmente aos modelos de representação política e a valorização da esfera privada, que passou a fazer parte da política, atribuindo menor importância à esfera coletiva.

Dado o caráter político das diversas áreas do social, como o lazer, as políticas da área devem contribuir com mudanças, com melhores condições de vida, com uma sociedade mais humana, com dignidade, aceitação das diferenças, valorização das diversidades culturais e permitir a construção de um processo de transformação em busca de uma sociedade mais crítica e criativa.

Avançando para questões mais intrínsecas do lazer, no que se refere às políticas da área, é necessário levar em consideração o caráter multidisciplinar do lazer. Com isso, as propostas desenvolvidas devem superar os limites setoriais, na busca da intersectorialidade e da transversalidade.

De acordo com Menicucci (2006) a intersectorialidade deve combater a verticalização das políticas, buscando promover a interação entre o Estado, a iniciativa privada, a sociedade civil e a população, bem como garantir a união de esforços na consolidação de políticas que integrem diversas áreas, como lazer, esporte, turismo, cultura, etc.

Essa perspectiva não diminui o lazer e muito pelo contrário, expande seu conceito. Sua associação com outras áreas não busca trazer maior importância ao lazer, mas destacar elementos do lazer que estão presentes nas variadas áreas do social.

Já na transversalidade, de acordo com Menicucci

[...] todas as estruturas verticais comportam sinergicamente a obtenção de um objetivo comum que não é específico de cada uma delas em particular. [...] Significa incorporar, no trabalho do conjunto ou de parte significativa da organização, o tratamento de políticas, problemas, segmentos da população, etc., que reflitam a multidimensionalidade da realidade, sem eliminar nenhuma das dimensões já incorporadas no seu trabalho (MENICUCCI, 2006, p. 12).

Partindo dessas colocações, considera-se que na intersectorialidade há uma política promovida por diversas áreas, em uma atuação conjunta. No Estado, tal dinâmica

representa a união de diversas secretarias (ou diretorias e departamentos) de variadas áreas de atuação, com diferentes esferas de governo, municipal, estadual e federal, e com a iniciativa privada, sociedade civil e população. É o desenvolvimento de uma única ação conjunta.

Já a transversalidade tem um caráter mais desafiador, pois visa estimular que cada área atue de modo interdisciplinar e, assim, desenvolva ações com base no todo, partindo de sua estrutura específica. Não há mais uma dependência dos demais setores, mas uma autonomia de se apropriar de elementos de outras áreas e utilizá-los em suas políticas. É o desenvolvimento de variadas ações por diversos órgãos com um objetivo em comum.

Nessa lógica que estão inseridas as reflexões sobre o desenvolvimento de políticas que permitam aos moradores terem vivências turísticas em sua própria cidade. Partindo da transversalidade, uma Secretaria de Turismo pode desenvolver políticas de lazer devido sua ligação com a promoção e estruturação de atrativos e equipamentos aos turistas. Segundo Moesch (2003), nessa dinâmica, é papel dos órgãos públicos de turismo de divulgar, patrocinar e estimular o conhecimento da cidade aos turistas e moradores, não se focando somente no viés econômico da atividade turística, mas também no social, político, cultural, paisagístico e ambiental.

O turismo, enquanto vivência de lazer, mesmo conhecendo suas outras possibilidades, pode se apropriar dos elementos do lazer. Assim, uma política de turismo deve buscar um entendimento amplo do lazer, relacionado às características e aos conceitos da área de turismo. No entanto, os conceitos de turismo devem também ser trabalhados em uma perspectiva mais holística, não somente como gerador de desenvolvimento econômico, renda e emprego, bem como sem limites muito concretos de tempo e espaço. Segundo Moesch, o turismo pode ser considerado como

[...] uma prática social, ou melhor, um campo de práticas histórico-sociais que pressupõe o deslocamento dos sujeitos em tempos e espaços produzidos de forma objetiva, possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividade e, portanto, explicitadores de uma nova estética diante da busca do prazer (MOESCH, 2003, p. 20).

Assim, o turismo enquanto prática social deve valorizar a convivência, a cultura, hábitos, costumes, história, diferenças e meio ambiente das localidades, de modo a garantir a qualidade de vida dos turistas e moradores. Para isso, o desenvolvimento de políticas públicas na área prevê um pensar mais amplo, de modo a estimular a comunidade local a valorizar o que possui, bem como buscar e propor mudanças em sua realidade, sendo este um estímulo ao exercício da cidadania e da participação.

Segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT, o turismo é conceituado como “as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares diferentes do seu local de residência, por um período consecutivo inferior a um ano, com propósitos de lazer, descanso, negócios ou outros”. A pessoa que viaja, o viajante, é “qualquer indivíduo que viaja a um local que esteja fora do seu ambiente habitual por um período superior a 24 horas e inferior a doze meses e cujo motivo principal da visita não seja o de exercer uma atividade remunerada no local visitado” (OMT, 2001, p.38).

Entretanto, é possível refletir que há muitos limites nesse conceito. Um deles é sua necessidade de deslocamento para lugares distantes do habitual, cruzando fronteiras e territórios delimitados geograficamente. Acredita-se que a mobilidade, sem dúvida, é elemento vital no turismo, no entanto, a distância não deveria ser o fator inibidor da atividade. E a duração da viagem, pensando o turismo enquanto prática social, não possui uma justificativa clara sobre ser superior a 24 horas e inferior a um ano (NOGUERO, 2010).

Para questões estatísticas essa concepção é válida, mas para o desenvolvimento de políticas públicas em estreitas relações com a realidade e o bem estar dos sujeitos, deve-se

levar muitos outros elementos em consideração, não somente os que enfatizem o crescimento econômico. A sustentabilidade, a responsabilidade, a cidadania são valores que devem ser difundidos, bem como a importância do lazer na vida das pessoas, seja por suas variadas formas de divertimento e descanso, seja por meio de sua possibilidade de denunciar muitos problemas e injustiças presentes no dia a dia.

Dessa maneira, reforça-se que se reconhece nesse estudo a extrema relevância das concepções do Turismo como atividade econômica, bem como seus conceitos técnicos, estatísticos, entre muitos outros. No entanto, entende-se que uma das possíveis concepções da área pode possibilitar também vivências turísticas para o morador em sua cidade. Nesse sentido, o que se discute é que se o Turismo for estruturado por órgãos públicos somente por seu viés econômico ou outros elementos específicos da área, sua atuação poderá ser limitada. Assim, deve-se buscar compreendê-lo de modo mais amplo, a partir de suas múltiplas possibilidades, sendo uma delas o Turismo para o morador.

Apropriando-se de elementos do lazer, é necessário considerar as inúmeras barreiras que afetam qualitativamente e quantitativamente as vivências de lazer das pessoas. Dentre elas estão o fator econômico, o grau de instrução, os estereótipos e preconceitos, a má distribuição dos equipamentos de lazer, entre outras (MARCELLINO, 2006).

Se atendo a questão dos equipamentos de lazer, Brenner, Dayrell e Carraro (2005) destacam que a maioria deles estão concentrados principalmente em áreas centrais ou mais valorizadas dos centros urbanos. No entanto, grande parte da população, principalmente de renda econômica mais baixa, vive nas regiões mais periféricas das cidades e, assim, distantes dos principais equipamentos de lazer.

Além desse fator, é possível destacar que há uma barreira de acesso não somente aos espaços, mas também a informação a respeito deles. Os centros urbanos possuem um

imenso leque de opções de lazer, mas os moradores muitas vezes desconhecem, ou mesmo tais opções não são divulgadas para toda população, apenas para as classes economicamente mais favorecidas (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2008), cabendo nessa questão uma atuação maior dos órgãos públicos de turismo, na promoção de tais espaços também aos moradores das cidades.

De acordo com Bonalume a informação é um elemento vital na participação, pois é necessário entender que a população

[...] requer oportunidades igualitárias de acesso a informação e de capacitação [...], com vista a construção de alternativas e decisões que contribuam com o avanço coletivo. Se a informação é imprescindível no processo de democratização, cabe ao poder público investir no acesso à mesma, na sua difusão e inteligibilidade, ou seja, garantir que a informação disponível seja informação acessível [...] (BONALUME, 2008, p. 159).

Diante disso, essa falta de acesso à informação pode desestimular o morador a conhecer sua própria cidade, seu próprio bairro, limitando suas escolhas e desestimulando a vivência de sua cidade.

Ainda na questão dos espaços de lazer, outros elementos devem ser colocados quando se busca pensar em políticas de lazer. Além do acesso a eles e a informação a respeito deles, é necessário buscar o desenvolvimento de políticas de lazer pensadas na otimização do uso dos equipamentos já existentes, bem como sua manutenção e a presença de uma política de animação sociocultural agregado aos equipamentos de lazer. Nem sempre a criação de novos equipamentos é a solução, mas a valorização daqueles já existentes, que de alguma forma já representam algo a população, pode trazer resultados mais positivos (MARCELLINO, 2006).

A utilização de espaços de lazer e de cultura por todos, turistas e moradores, serve como uma política de incentivo a diversificação dos conteúdos culturais do lazer pelas

peessoas, que deixam de fazer sempre as mesmas coisas e são estimuladas a vivenciar o novo. Dentre os conteúdos físico-esportivos, manuais, intelectuais, sociais, artísticos (DUMAZEDIER, 1980) e turísticos (CAMARGO, 1992) encontram-se espaços como museus, centros culturais, teatros, parques, opções gastronômicas, clubes, praças, igrejas, casas de memória, estações de trem, fazendas rurais, que concretizam tais interesses.

No entanto, o que se observa é que as pessoas das classes populares evocam certo “ar de santuário” a alguns equipamentos específicos de lazer, acreditando que espaços como museus, *shoppings centers*, teatros e bibliotecas não são para essa parcela da população (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2008). Para superar tal barreira, políticas de turismo podem constituir uma ferramenta de promoção desses equipamentos de maneira igualitária e democrática a todos.

Além da necessidade de espaços e equipamentos de lazer, é essencial a formação de um quadro de animadores socioculturais, capazes de promover nas pessoas uma compreensão mais ampla em relação a si próprias e ao mundo que as cerca, e ainda, alcançar a maior participação e possibilitar uma preparação dos sujeitos para empreender mudanças no cotidiano, gerando uma reflexão constante sobre seu papel na sociedade (CARVALHO, 1978).

A partir das reflexões de Melo e Alves Junior (2012) e de Bernet (2004) é possível pensar na animação cultural e na animação sociocultural. Embora Melo e Alves Jr. (2012) acredite que tais denominações sejam semelhantes é possível destacar algumas diferenças. Na perspectiva da animação cultural, as políticas de lazer são desenvolvidas para as pessoas, podendo ser de uma maneira tecnocrática, e assim, vertical, de mera transmissão de conhecimentos e ideias, ou de modo interpretativo, na lógica horizontal, com a apresentação das opções e o estímulo da comunidade a realizar suas escolhas.

Com isso, o papel do animador cultural está ligado a uma intervenção pedagógica que valorize o processo de educação estética, onde são exploradas percepções e sensibilidades individuais, instigando as pessoas a ter novos olhares sobre as formas e conteúdos estéticos, ou mesmo éticos, trabalhados a partir de valores coletivos. Dessa maneira, o animador cultural atua na perspectiva da difusão, na transmissão de conteúdos durante as vivências de lazer das pessoas.

A animação sociocultural é mais ampla, pois as políticas de lazer são desenvolvidas com as pessoas, em uma perspectiva dialética, diagonal, em que elas têm envolvimento no processo de planejamento das vivências de lazer. A animação sociocultural serve como uma intervenção pedagógica que permite a transmissão de valores éticos, de coletividade e trabalho em equipe. Importante ressaltar que, nesse sentido, a animação sociocultural é uma ferramenta para estimular a autonomia dos sujeitos, capazes de dar continuidade às ações desenvolvidas, a enxergar de forma crítica as questões sociais que envolvem sua comunidade.

Vale pontuar uma possibilidade de atuação dos animadores nas realidades locais de modo a garantir o envolvimento da comunidade local no processo de planejamento. Segundo Marcellino (2008), baseado em Dumazedier, é possível trabalhar em um modelo com animadores de competência geral, competência técnica e de voluntários. Os animadores de competência geral são os profissionais que dominam a área e suas interfaces; os animadores de competência específica são aqueles que conhecem ao menos um conteúdo cultural do lazer e os animadores voluntários seriam as pessoas da comunidade local.

Com isso, conclui-se que um dos principais objetivos da animação, seja ela cultural ou sociocultural, é estimular as pessoas a buscarem a participação mais crítica e criativa em suas vivências de lazer, superando o conformismo e a alienação muito presentes no

cotidiano. E com isso, busca-se difundir a educação pelo lazer, onde as vivências de lazer permitam ao indivíduo reelaborar sua visão acerca da realidade; e a educação para o lazer, pensada nas dimensões culturais e na necessidade de se educar para o lazer (MELO; ALVES JUNIOR, 2012).

Para tanto, o profissional de lazer (e de turismo) - o animador sociocultural, deve ter uma profunda consciência da cultura e das necessidades das pessoas com quem atua. Além disso, a ação do animador se realiza durante o tempo livre das pessoas, e assim, deve respeitar a adesão livre e espontânea, sua liberdade de escolha e de comportamento e a aceitar seus diferentes pontos de vista durante as vivências de lazer. Aliado a tais elementos que enfatizam o caráter educativo do lazer, Moesch afirma ainda que um animador requer

[...] alta dose de sensibilidade, capacidade de relacionamento social com a diferença, tolerância com as velocidades individuais (faixas etárias), [deve ser] um profissional agregador, sinérgico, comunicados, criativo diante dos imprevistos e, como se não bastassem todas essas habilidades, ter um enorme prazer no que realiza, a fim de transmitir a todos os participantes essa aura [...] (MOESCH, 2003, p. 23).

Sendo assim, um profissional de turismo, se apropriando de elementos do lazer, deve ter uma visão multi e interdisciplinar da área e assim, buscar a maior participação dos sujeitos na sociedade, de forma crítica e criativa, e ser capaz de difundir e construir valores que contribuam com uma sociedade melhor, mais positiva, justa e democrática.

Outros elementos do lazer também devem ser buscados, como a reordenação do tempo livre e a flexibilidade do horário de trabalho, a garantia do lazer enquanto direito social, enquanto necessidade humana (CAMARGO, 1985) e ainda, em consonância a tais aspectos, pensando em uma política de turismo, considerado enquanto vivência de lazer, é

necessário levar em conta particularidades da área de turismo, como seus impactos, benefícios e deficiências.

De modo geral, a respeito dos impactos econômicos do turismo destaca-se a dependência econômica na atividade que pode prejudicar a localidade em caso de crises e instabilidades, a exportação dos recursos financeiros para empresas globais e agentes externos e a contratação da comunidade local apenas para empregos de base, como camareira, garçom, etc. Referente aos impactos ambientais destaca-se a exploração excessiva dos recursos naturais para construção de empreendimentos turísticos, como *resorts*, que podem afetar a estrutura inicial do local (PANOSSO NETTO, 2010).

No que diz respeito aos aspectos sociais estão a despreocupação do turista com os hábitos e a dinâmica do local que visitam, o aumento da violência, da prostituição e do barulho, a inflação do preço dos produtos e da superlotação de mercados, farmácias, e demais estabelecimentos dos destinos. E quando se trata de impactos culturais pode-se enfatizar a desvalorização e homogeneização da cultura das comunidades locais, bem como a falta de envolvimento dessas nas decisões sobre se abrir ao turismo e sobre aproveitar os benefícios gerados pela atividade (PANOSSO NETTO, 2010; KRIPPENDORF, 2001).

Nessa lógica é necessário o desenvolvimento de políticas mais amplas, com elementos do lazer que permitam os órgãos públicos de turismo difundir o turismo enquanto cultura vivenciada, como uma prática social que permita a valorização cultural, a convivência que resulte em trocas positivas e harmônicas, o estímulo ao conhecimento do local que se mora, a preservação ambiental, bem como a possibilidade de participação popular, de exercício da cidadania e da busca de uma sociedade mais humana, que supere muitas barreiras e impactos encontrados no lazer e no turismo.

Reforça-se que se o turismo for trabalhado a partir de um conceito restrito, suas ações também serão pequenas. Promover o turismo a partir de uma lógica multidisciplinar é um dos caminhos para elaboração de políticas relacionadas com a realidade local, com os interesses e necessidades da população e pensado com estreitas relações ao lazer, trabalho, espaço urbano e qualidade de vida.

Por meia dessa lógica é possível refletir sobre a relevância de se estimular vivências turísticas para o morador em sua própria cidade, a partir das relações entre o lazer, o turismo e as políticas públicas nessas áreas.

Reflexões sobre uma Vivência Turística para o Morador em sua Cidade

Considerando o desconhecimento dos moradores sobre sua própria cidade e também a falta de participação e de prática da cidadania nela, entende-se que uma política de turismo deve ser capaz de estimular a mudança dessa situação, e assim possibilitar a maior apropriação dos fixos e fluxos da cidade pelos seus residentes (MOESCH; GASTAL, 2007).

No lazer, encontram-se os conteúdos culturais pelos quais podemos destacar os interesses turísticos elaborados por Camargo (1992). Segundo Marcellino (2006, p. 18) “[...] a busca da quebra da rotina temporal e espacial, pela busca de novas paisagens, de novas pessoas e costumes, é a aspiração mais presente nos interesses turísticos. Os passeios e as viagens constituem exemplos”. Camargo, afirma, nessa discussão, que

[...] a própria cidade onde se mora é, em escala social, o principal espaço turístico. A visita a lojas, *shopping centers*, independente de como se julgue seu valor cultural, bem como a visita a parques, museus, a frequência a shows, restaurantes, constituem-se alguns dos itens do turismo local (CAMARGO, 1992, p. 28).

Nessa discussão, Araújo e Isayama (2009) destacam que é possível ter vivências de turismo em lugares da própria cidade que não fazem parte do cotidiano dos moradores locais. Pensando em um turismo para o morador, no qual definem como “lazer turístico”, Araújo e Isayama, observam que este

[...] lazer turístico, além do conhecimento de outras localidades, pode estimular o reconhecimento do próprio espaço onde vive o indivíduo e, assim, combater o esvaziamento dos espaços públicos como lugar de vivência social e o desconhecimento das potencialidades naturais, culturais, históricas e paisagísticas locais (ARAÚJO, ISAYAMA, 2009, p. 148).

Segundo Moesch (2003), as políticas públicas de turismo devem possibilitar com que o morador conheça sua cidade, sua história e cultura, mas não só isso, devem fazer com que ele seja capaz de enxergá-la com um novo olhar, em uma nova perspectiva, para assim, ser capaz de valorizá-la, de se identificar com ela e de contribuir com sua preservação, favorecendo o maior engajamento político e público do morador no seu local de moradia.

Assim, uma política pública de turismo deve ser estruturada pensando em divulgar, patrocinar e incentivar a população local a conhecer sua cidade não somente como um lugar de trabalho, rotina e estresse, mas como lugar privilegiado para inúmeras vivências de lazer (MOESCH, 2003).

No entanto, observa-se que limitados são os interesses do poder público pela difusão de valores que estimulem o morador a criar vínculos afetivos com seu local de moradia. Segundo Krippendorf

[...] as cidades não se preocupam muito com o lazer nem com as necessidades de relaxamento dos seus habitantes. A maioria são cidades de trabalho, incompatíveis com uma vida plena. O processo de urbanização não para, com todas as implicações nefastas ao homem,

embora já há alguns anos todos falem em tornar as cidades mais habitáveis. Continua a implantação de lugares de trabalho nos centros. Os preços dos terrenos aumentam. O espaço habitável se reduz [...]. Os esforços desesperados para salvar alguns espaços verdes e implantar algumas instalações para o lazer não alteram a situação: as condições de moradia e qualidade da vida cidadina degradam-se a olhos vistos. Uma tripla fragmentação sucede-se à bipolarização do homem: trabalha aqui – mora ali – repousar em outro lugar (KRIPPENDORF, 2001, p. 37).

Como consequência, Requixa destaca que

[...] com a continuada urbanização da sociedade brasileira, conhecemos seus reflexos no indivíduo, que fez da cidade seu local de vida; percebemos a carência de compromisso mais afetivo, entre habitante da cidade e o próprio desenvolvimento urbano. Num e noutro sentido, seja relativamente aos problemas gerados pelo mundo urbano (e que afetam o homem urbano), individualmente considerados, como “stress”, a solidão, o sedentarismo, a violência; seja relativamente aos problemas social da falta de participação do indivíduo na vida de sua cidade (REQUIXA, 1980, p. 72).

Diante desse cenário, como se espera que as pessoas valorizem sua cidade? Que estabeleçam vínculos com ela? Se estas são formatadas somente como centros de trabalho e de exploração? A cidade passou a ser vista apenas como local de sobrevivência e de trabalho, quando na verdade deve ser vista também como espaço de alegria, prazer, lazer, cultura, exercício da cidadania e participação popular.

Para isso, como menciona Santos que

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, [...] um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem, mas não se volte contra ele; um espaço natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria [...] (SANTOS, 2007, p. 41)

Dessa maneira, faz-se necessário estimular os moradores a verem sua cidade de maneira positiva e como um amplo espaço de lazer e cultura. E mais do que isso, que

enfrente e combata as desigualdades e injustiças presentes em sua realidade. Esse é um dos primeiros passos para que o morador estabeleça vínculos afetivos com sua cidade, e busque sua preservação e valorização.

Partindo desses aspectos, Moesch e Gastal (2007), pensando na elaboração de uma política de turismo para o morador, definem primeiramente o conceito de cidadão turista, aquele sujeito que começa a descobrir sobre sua cidade, a construir relações de pertencimento com o local onde mora, e assim, começa a se apropriar dos fixos da cidade, dos espaços e territórios presentes nela.

A partir disso, o morador, conhecendo sua cidade, depois de ser um cidadão turista mostra-se capaz de avançar e, dessa forma, ser um turista cidadão, que de acordo com Moesch

[...] é aquele morador da localidade que vivencia práticas sociais, no seu tempo rotineiro, dentro da sua cidade, de forma não rotineira, onde é provado em relação à cidade. Turista cidadão é aquele que resgata a cultura da sua cidade, fazendo uso do estranhamento da mesma. Este estranhamento inicia no momento em que o indivíduo descobre, no espaço cotidiano, outras culturas, outras formas éticas e outras oportunidades de lazer e entretenimento [...] (MOESCH; GASTAL, 2007, p. 65).

Nesse âmbito, o turista cidadão é capaz de se apropriar não somente dos fixos, mas também dos fluxos presentes na cidade - do conjunto de ideias, culturas, sujeitos e de si mesmo. Essa apropriação gera o sentimento de estranhamento dos elementos de sua cidade quando as pessoas se deparam com situações diferentes das rotineiras, em lugares que fazem parte de sua rotina. Esse sentimento permite a valorização de sua cultura e modo de vida, e mais que isso, possibilita o questionamento da ordem e da sua condição atual, servindo assim como uma forma de participação e de exercício da cidadania (MOESCH; GASTAL, 2007).

Na mesma lógica do conceito de turista cidadão proposto por Moesch e Gastal (2007), Lumertz *et al.* (2006) propõe que é possível desenvolver uma política pública de turismo que promova uma experiência turística para os residentes em sua cidade. Para eles, é necessário considerar que o turismo ainda não é difundido para todas as pessoas, pois embora as viagens sejam mais facilitadas nos tempos atuais, em países como o Brasil é necessário entender que há um alto nível de pobreza, de desigualdades sociais, de desemprego e considerar também a falta de tempo livre e férias para grande parcela da população.

Com isso é necessário expandir o leque de vivências de lazer para o morador na sua cidade. Assim, a proposta seria a população local ter uma experiência turística, mesmo que na sua cidade, sem a necessidade de muito tempo e dinheiro (LUMERTZ *et al.*, 2006).

A experiência turística difere-se de uma atividade de lazer por envolver muitas questões ligadas ao turismo, como o deslocamento, o estranhamento, o contato com o diferente e o exótico e por possuir obrigatoriamente um conjunto de equipamentos e serviços, que na visão dos autores não necessariamente precisam existir nas vivências de lazer (LUMERTZ *et al.*, 2006). Desse modo,

[...] oportunizar leituras diferenciadas da cidade ao sujeito local seria uma maneira de proporcionar-lhe uma experiência turística ao envolver deslocamento em busca do encontro com o diferente. Encontro possível a partir da apresentação de diferentes interpretações da cidade, nas quais os elementos cotidianos seriam revelados nas suas estranhezas, contrapondo-se à leitura trivial, despercebida e apressada do dia-a-dia (LUMERTZ *et al.*, p. 6).

Assim, é necessário pensar o turismo não somente a partir do viés econômico, de mera exploração desses elementos, mas na troca e valorização cultural. Por meio do turismo, as pessoas descobrem ou redescobrem novos ambientes, paisagens, culturas e

diferenças, conquistando assim, a cidadania e a possibilidade de tornarem-se cidadãos mais críticos e criativos (MOESCH; GASTAL, 2007).

Se na própria cidade o cidadão sabe valorizar o que é seu, quando em viagem, possivelmente será capaz de fazer o mesmo. Da mesma forma que o morador será mais hospitaleiro quando atender o turista, visto que tem claro sua identidade e valoriza o que sua cidade possui.

Melo e Alves Jr. (2012) ressaltam a importância de proporcionar experiências para que o morador conheça sua própria cidade, e mais que isso, que conheça seu próprio bairro, a cultura e história íntima dele. Segundo os autores, é necessário considerar que a centralização dos espaços e equipamentos de lazer nas áreas mais privilegiadas das cidades, bem como a cobrança de ingressos para sua visitação são barreiras evidentes na sua consolidação. E ainda, segundo eles

[...] não basta levar os cidadãos aos equipamentos culturais localizados nas áreas privilegiadas, mas lançar o questionamento sobre a má distribuição. É importante que o cidadão entenda que ele deve, sim, reivindicar saúde, escola, transporte e também museus, cinemas, teatros, bens de lazer como um todo (MELO; ALVES JR., 2012, p. 49).

A educação, nesse cenário, é um elemento de grande importância para os profissionais da área estimularem a comunidade a ver a necessidade de mudança, de denunciar os problemas sociais e de buscar a maior participação popular e a cidadania. Esse é um dos caminhos para reintegrar o cidadão a cidade, o ser humano a um espaço mais humano (MELO; ALVES JUNIOR, 2012; SANTOS, 2007).

Em síntese, as políticas de turismo devem se atentar em disponibilizar o patrimônio natural, cultural e histórico para as populações locais, pois só elas, tendo conhecimento de seus patrimônios, são capazes de criar uma consciência de preservação,

valorização, de busca da sustentabilidade do turismo e de buscar uma participação mais crítica na sociedade (MOESCH, 2003).

Com isso, uma política pública de turismo não deve pensar somente no bem estar do turista, mas em uma visão mais ampla e desafiadora, considerando as inúmeras características de uma metrópole urbana, se propondo em atender também o residente.

Partindo dessas conceituações, trabalhando esses elementos em conjunto é possível propor uma vivência turística para o morador em sua própria cidade. A vivência turística constitui-se em um processo pelo qual o morador tem contato com elementos de sua cultura e história, possivelmente desconhecida, possibilitando a formação de novos valores, que permitam a criação de identidade e de vínculos afetivos com o local em que se vive.

A vivência turística faz parte de um processo pelo qual o morador vai conquistando sua cidade, se sentindo parte dela, de modo espontâneo, alegre e prazeroso, deixando de vê-la de modo estranho e inusitado, para passar a valorizá-la e a buscar a construção de uma cidade melhor de se viver, mais justa, democrática e participativa, ligada a superação de muitas barreiras, impactos e controles sociais presentes no cotidiano.

Considerações Finais

Vive-se em um cenário de mudança, o lazer conquista cada vez mais um espaço significativo na vida das pessoas, o turismo começa a ser valorizado a partir de seus aspectos sociais, culturais e ambientais e as políticas públicas aos poucos começam a ser promovidas e desenvolvidas não de forma isolada, por um Estado centralizador e controlador, mas com intervenção da sociedade, que busca um cenário mais justo, igualitário e democrático.

Dessa forma, é fundamental conhecer o local onde se vive, mora e trabalha. Nascemos em uma lógica de trabalho, agilidade e rapidez, onde reduzidas tem sido as atenções com o espaço urbano, com sua exploração para o lazer, a convivência social e a cultura. No entanto, deve-se superar tal ideologia, na busca de uma cidade mais humana e mais alegre de se viver. A promoção de vivências turísticas na própria cidade pode ser um dos primeiros passos que permitam os moradores verem-na como um novo olhar, de um turista que chega pela primeira vez na cidade e se apropria dela de forma não rotineira, conseguindo assim, na sequência, começar a estabelecer vínculos afetivos com o local que passou a conhecer, e assim, cada vez mais tentar torná-lo melhor para se viver.

Esse é o desafio que se propõe, a partir da integração entre o lazer e o turismo, em políticas intersetoriais e transversais, que garantam a participação e a cidadania, em políticas eficientes e condizentes com a realidade e o contexto histórico que vivemos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M.; ISAYAMA, H. F. As fronteiras entre turismo e lazer. SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”, 10, 2009, Belo Horizonte. **Coletânea do X Seminário “O lazer em debate”**. Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2009, p. 145-150.
- BERNET, J. T. Conceito, exame e universo da animação sociocultural. In: BERNET, J. T. **Animação Sociocultural: teorias, programas e âmbitos**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004, 19-44.
- BONALUME, C. R. Controle Social das Políticas de Esporte e Lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2008.
- BRAMANTE, A. C. Recreação e Lazer: concepções e significados. **Licere**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p 9-17, 1998.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html > Acesso em 28 mar. 2015.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. (Org.). **Retrato da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 175-214.

CAMARGO, L. O. L. Política de Lazer In: **Estudos do Lazer**. São Paulo: SESC, out. 1985, p. 9-7.

_____. **O que é Lazer?** 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARVALHO, A. M. de. **Cultura física e desenvolvimento**. Lisboa: Compendium, 1978.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

_____. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva: 2004.

GOMES, C.; PINHEIRO, M.; LACERDA, L. Fundamentos políticos de inclusão social. In: GOMES, C.; PINHEIRO, M.; LACERDA, L. **Lazer, turismo e inclusão social**: Intervenção com idosos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 43-69.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2001.

LUMERTZ, J.; *et al.* Interfaces entre fenômeno turístico, lazer e inclusão: por uma experiência turística dos residentes em seu espaço urbano. **RevLista Virtual Partes**. Publicado em 21 abr. 2006. Disponível em <http://www.partes.com.br/turismo/interfaces.asp>. Acesso em 08 set. 2011

MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer**: uma introdução. 4. ed., Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal IN: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Editora Alínea, 2008, p. 11-16.

_____. **Lazer e educação**. 17. ed. Campinas: Papirus Editora, 2014.

_____. BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. Espaços e equipamentos de lazer: apontamentos para uma política pública IN: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Editora Alínea, 2008, p. 133-152.

MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. **Introdução ao Lazer**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2012.

MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A (Org.). **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 136-164.

MOESCH, M. M. Turismo e Lazer: conteúdos de uma única questão. In: MARCELLINO, N. C (Org.). **Formação e Desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte**. Campinas: Papyrus, 2003, p. 19-30.

_____. GASTAL, S. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

NOGUERO, F. T. El concepto de turismo según la OMT. In: NECHAR, M. C.; PANOSSO NETTO, A. **Epistemología del Turismo: Estudios Críticos**. México: Trilhas, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO [OMT]. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PANOSSO NETTO, A. **O que é Turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PINTO, L. M. S. de M. *et al.* Desafios para a gestão das políticas de lazer no Brasil In: ISAYAMA, H. F. *et. al.* (Org.). **Gestão de políticas de esporte e lazer / Sport and Leisure Management**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

REQUIXA, R. **Sugestão de Diretrizes para um Política Nacional de Lazer**. São Paulo: SESC, 1980, 103 p. (Biblioteca Científica do SESC – Série Lazer, 2).

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. ed. Sao Paulo: EDUSP - Editora Universidade de São Paulo, 2007.

Endereço dos Autores:

Ana Cristina F. Clemente
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo
Rua Arlindo Béttio, 1000 - Ermelino Matarazzo
São Paulo - SP - 03828-000
Endereço Eletrônico: ana.clemente@usp.br

Edmur Antonio Stoppa
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo
Rua Arlindo Béttio, 1000 - Ermelino Matarazzo
São Paulo - SP - 03828-000
Endereço Eletrônico: stoppa@usp.br